

Palestra: Transformações no Sistema de Transferências Federais - TransfereGov.

Data: Agosto/2025

Palestrante: José Délio

Instituição: Presidente da AGM

1. Introdução:

Contexto do TransfereGov

O TransfereGov é a plataforma central do Governo Federal para operacionalizar transferências de recursos a estados, municípios e entidades, especialmente as emendas parlamentares especiais (art. 166, §13º da Constituição). Criado em 2019 pela Emenda Constitucional nº 105, seu objetivo era descentralizar recursos e fortalecer o federalismo cooperativo.

Em 2025, o sistema passou por reformas profundas, impactando gestores públicos e parlamentares.

2. O Sistema Antigo (2020-2024): Agilidade com Fragilidades Características Principais:

Indicação Simplificada: Parlamentares indicavam o beneficiário (município/estado) sem detalhar o objeto específico do gasto, o recurso era transferido diretamente após internalização no sistema .

Autonomia do Ente:

Os gestores locais tinham liberdade total para aplicar os recursos conforme suas prioridades, sem necessidade de aprovação prévia.

Falta de Transparência:

Não havia exigência de plano de trabalho ou prestação de contas detalhada, o controle se limitava à publicação básica dos repasses .

Problemas Identificados:

Falta de Fiscalização:

Recursos poderiam ser desviados de sua finalidade original, com poucos mecanismos de auditoria em tempo real.

Acúmulo de Pendências:

Municípios com planos de trabalho não enviados ou reprovados em anos anteriores (2020-2024) bloqueavam novos repasses .

Caso Prático: Em 2024, o TCU publicou a Instrução Normativa nº 93, exigindo que beneficiários detalhassem o uso dos recursos em até 60 dias após o recebimento – uma resposta às críticas de opacidade .

3. O Novo Modelo (2025): Rigor, Transparência e Governança

As mudanças em 2025 foram impulsionadas por decisões do STF, normativas do TCU e a Lei Complementar nº 210/2024.

Eis as principais inovações:

Fluxo Redesenhado (4 Etapas Cruciais):

1. Indicação do Objeto:

- Parlamentares definem o objeto específico (ex.: "compra de ambulâncias") diretamente no SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento) .

2. Elaboração do Plano de Trabalho:

- Beneficiários preenchem detalhes no TransfereGov.br: cronograma, metas, justificativa técnica e conta bancária exclusiva .

3. Análise Técnica:

- Ministérios setoriais avaliam os planos (aprovam, reprovam ou solicitam complementação). Prazos são rígidos: até 5/8/2025 para envio e 26/8/2025 para análise .

4. Execução Orçamentária:

- Só ocorre após aprovação. Inclui empenho, liquidação e pagamento, com retenção de 1% do valor para custeio do sistema.

Mecanismos de Controle Reforçados:

- Impedimentos Automáticos:

Beneficiários com planos não enviados ou reprovados em anos anteriores (2020-2024) são bloqueados automaticamente .

- Painéis Dinâmicos:

Dados atualizados diariamente no [Painel TransfereGov.br](<https://dd-publico.serpro.gov.br/extensions/gestao-transferencias/gestao-transferencias.html>), permitindo monitoramento em tempo real .

- Consequências Jurídicas: Instituições que descumprirem prazos ou regras podem ser excluídas do sistema.

Impacto nas Relações Federativas:

- Maior Poder do Parlamentar: Objetos não podem ser alterados sem justificativa técnica e aval do autor da emenda .
- Corresponabilização:

União, estados e municípios compartilham deveres na execução, rompendo com o modelo "top-down".

4. Comparativo: Antigo vs. novo modelo

4. Comparativo: Antigo vs. novo modelo		
Critério	Modelo Antigo (2020-2024)	**Modelo Novo (2025)
Indicação do Recurso	Beneficiário genérico	Objeto específico definido no SIOP
Autonomia do Ente	Total	Vinculada ao plano aprovado
Transparéncia	Baixa (dados básicos)	Alta (planos públicos + painéis em D-1)
Prazos	Flexíveis	Rígidos (ex.: 5/8 para envio de planos)
Sanções	Pouco efetivas	Bloqueio automático e exclusão

5. Desafios e Críticas

- Burocracia Aumentada: Gestores criticam a complexidade do preenchimento do plano de trabalho, especialmente para municípios pequenos .
- Riscos de Atraso: Prazos curtos podem inviabilizar a execução no primeiro ciclo de 2025. Complementações solicitadas após 22/7 não revertem impedimentos .
- Custo Operacional: Retenção de 1% do valor das emendas para manutenção do sistema gera debate sobre eficiência .

6. Conclusão: Avanços e Futuro

O TransfereGov evoluiu de um modelo focado em ***agilidade*** para um sistema de ***governança integrada***.

Seus pilares agora são:

1. Previsibilidade (objetos claros),
2. Transparência (dados abertos),
3. Accountability (controle em tempo real).

➤ **Perspectivas Futuras:** A plataforma deve incorporar IA para análise de planos e integrar-se ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (PIX) para agilizar repasses. O foco é equilibrar rigor técnico e eficiência, fortalecendo o pacto federativo .

Perguntas?

[Abra para discussão]

****Fontes Oficiais:****

- [Portal TransfereGov](<https://www.gov.br/transferegov>)
- [Painel de Transferências Especiais](<https://dd-publico.serpro.gov.br/extensions/gestao-transferencias/gestao-transferencias.html>)
- [Portaria Conjunta nº 15/2025](<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/noticias/noticias/2025/julho/publicada-a-portaria-conjunta-que-dispõe-sobre-os-procedimentos-das-transferências-especiais>) .